**O EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA**

Cláudia Vianna de Melo – Profª Drª EI Coluni/UFF - Pós-Doutoranda ProPEd/UERJ

Amanda Lopes – Estudante UFF

Resumo

Em tempos de tanta intolerância às mais diversas formas de ser e estar no mundo que têm culminado em crimes contra a humanidade, somos convidados pelo Redes a encontros que enlacem solidariedade e convivências nos diferentes espaços temposeducativos do ensino em Educação Básica. Apresentamos experiências na Educação Infantil Coluni/UFF como formas de resistência às práticas de violência e ódio ideologicamente estruturadas na sociedade brasileira como possibilidades de se pensar a educação no sentido de coletividade e criação de relações mais afetuosas com ações reparadoras ao vivido pelas crianças. Nesse sentido, defendemos a necessidade de discutir sobre educar e cuidar de crianças pequenas em momentos de tensão nas relações cotidianas no espaço educativo e fundamentamo-nos em dois autores sobre a pedagogia da esperança bell hoks (2021) e Paulo Freire (1997). O diálogo foi estabelecido com o termo reparação em aproximação às ações realizadas aos povos originários pelo novo governo.

Palavras Chaves: EI- Coluni/UFF, educar e cuidar, reparação, esperança.

Em tempos de tanta intolerância às mais diversas formas de ser e estar no mundo que têm culminado em crimes contra a humanidade, a sociedade brasileira tem o privilégio de receber em espaços públicos de educação estudantes de diferentes culturas e produzir formas de resistências contra essa barbárie, na construção de conhecimento e possibilidade de relações mais respeitosas e cuidadosas para com o outro. A Educação Infantil do Colégio Universitário Professor Geraldo de Achilles dos Reis (Coluni-UFF) é um desses espaços e recebe cinquenta e sete crianças na idade entre dois anos e cinco anos e onze meses, na primeira etapa da Educação Básica.

As crianças inauguram o espaço educacional, com alegria e encantamento ou com tristeza pela separação de seus familiares. A participação da proposta pedagógica que tem como eixos norteadores as interações e a brincadeira, objetiva garantir à criança a sua condição de sujeito histórico e de direitos, que nas interações “vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (DCNEI, 2010). Nas interações cotidianas entre as crianças há possibilidade de construção de suas próprias humanidades através da ampliação das experiências e das diversas aprendizagens provindas de afetos compartilhados para uma pertença na coletividade e, também, nas aprendizagens provindas das tensões decorrentes das relações entre os pares.

Muitas vezes é um desafio compreender os limites implícitos de cada criança na constituição do seu próprio eu, o respeito na constituição do eu do outro, e compreendermos o aprendizado que passa pela percepção do limite e do espaço que esses corpos desejam ocupar. Sobretudo, compreender de que forma cada criança deseja ser compreendida no coletivo. Compartilhar os espaços, os brinquedos e os materiais expressivos tornam-se conquistas diárias para a criança. Já para o professor, a conquista é promover cotidianamente interações significativas e um potente diálogo entre os pequeninos como processo para essas conquistas. Os professores que buscam olhares atentos e são disponíveis para interagir durante as tensões, possivelmente questionam-se: Para os diversos aprendizados a fim de lidar com as primeiras frustrações, um bom começo para o diálogo entre as crianças seria pensar o lugar do outro?

Contar com a parceria da família é uma das estratégias para se conhecer a diversidade de culturas e a socialização no seio familiar partilhada no cotidiano da Educação Infantil. Sendo que há acordo entre a academia que o papel do professor é de importância fundamental na busca por referenciais teóricos e reflexões resultantes de uma escuta sensível do vivido durante as interações e as aprendizagens subsequentes, sejam essas afetuosas ou promotoras de tensões. Isto porque, as aprendizagens podem objetivar o acolhimento à diversidade humana em sua potência. Para além desse consenso na parceria com a família e no papel do professor, alguns autores apresentam conceitos de socialização ao falarmos de socialização de crianças tão pequenas. Segundo os estudos de Berger e Luckmann (1995) a sociedade sendo concebida como um processo dialético, a socialização é entendida como um fenômeno social que não pode ser compreendido sem a complexidade de três momentos não sequenciais: exteriorização, objetivação e subjetivação. Esses autores afirmam a existência de uma socialização primária que acontece na infância e uma socialização secundária na fase da vida em que a objetividade se manifesta nas relações de trabalho, quando essas começam a se estabelecer. Podemos compreender esses momentos que dialogam de forma dialética na sociedade sem sequência temporal também no espaço educacional? Costuma-se ouvir diversas frases no espaço escolar, como por exemplo: “O seu espaço acaba quando começa o meu começa”, e, também: “Bateu, levou!”. As crianças são inseridas na sociedade brasileira e trazem as mais diversas formas de socialização familiar. A socialização de crianças pequenas nos posiciona simultaneamente frente à realidade objetiva e subjetiva e pode nos colocar em posição privilegiada no educar e cuidar das crianças na idade de dois anos a cinco anos e onze meses na Educação Infantil. Para tal compreensão da prática educativa trazemos Freire para entender o que é possível quando estamos a pensar o fenômeno social e educacional entre as crianças: “O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. “Seu” mundo em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo” (FREIRE, 1922, p.44).

Ancorados em Freire e na singularidade das experiências da Educação Infantil Coluni/UFF, precisamos como educadores transformarmo-nos buscando a nossa humanização na educação e promover formas de resistência às práticas de preconceitos, violência e ódio ideologicamente estruturadas. Para isso, constantemente nos questionamos: “Como podemos pensar a educação no sentido de coletividade e criação de relações mais afetuosas com ações reparadoras ao vivido pelas crianças?” Durante as tensões levamos ao entendimento que é legítimo o sentimento de algumas crianças quererem dar afeto e difícil o sentimento de ser rejeitado, também, é legítimo sentir-se triste e com forte desagrado quando o outro bate em seus corpos. Esse é um importante ponto de partida para que comecemos o diálogo e busquemos acordos. Qualquer acesso ao corpo do outro só pode ser realizado com o consentimento presente em todos os momentos das nossas relações. A palavra é consentimento. Dialogamos com as crianças para que essa perspectiva seja construída tanto individualmente, quanto no coletivo, a fim de que elas sejam capazes de compartilhar entre si, seus sentimentos, afetos e desafetos em relação a si mesmos e a seus corpos durante as interações. Contudo e, sobretudo, que tudo seja chancelado através do consentimento. Deparamo-nos com muitos momentos do cotidiano em que as demandas de tensões e aprendizados ainda continuam após o processo de diálogo, mas o educar e cuidar com afetividade proporciona formas das crianças se conectarem com o outro através de uma significativa comunicação. Com isso, a compreensão da diversidade cultural pouco a pouco é vivenciada em decorrência dessas práticas entre as crianças, e, consequentemente, as crianças vivenciam uma educação mais humanizadora e politicamente engajada entre os sujeitos sociais, históricos e geográficos, fundamentados na esperança de Freire por uma sociedade mais justa, em que educação e respeito é direito de todos.

Encontramos um caminho possível para despertar em nós e nas crianças o “gosto também, da esperança” afirmado por hooks (2021, p.25) quando propomos um franco diálogo entre as crianças daquilo que o desagradou no outro e o que gostariam de que seu colega reparasse pelo que fez ao seu corpo e à sua pessoa. Na prática da escuta e do diálogo, a palavra é reparação. As crianças se surpreendem ao perceber que aquilo que o(a) acalma, não é o mesmo que funciona com o(a) colega. Algumas crianças na reparação pedem um beijo, outras um abraço, outras um pedido de desculpas, outras dizem que não querem que o colega faça mais aquele ato de violência e ouvimos ainda: “Não quero que ele faça nada!”. Esse é um dos muitos exemplos de como as crianças têm capacidade e autonomia para, através da comunicação, deixar claro a forma como gostariam de ser tratadas e como será ´possível a reparação dos atos a ela cometidos. Através da reparação, podemos reconhecer e valorizar a potência das crianças para expressar suas emoções e necessidades. Ao permitir a expressividade de cada uma, estamos fornecendo ferramentas essenciais para que elas desenvolvam habilidades sociais e emocionais fundamentais para sua vida. Desta forma, estamos contribuindo para um ambiente acolhedor, onde o diálogo e o respeito mútuo são princípios para as interações e relações sociais. A reflexão constante sobre o consentimento e a reparação na Educação Infantil pode contribuir não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, como também para a construção de uma cultura de paz e respeito em nossa sociedade na busca de uma educação como prática da liberdade. Compreendemos, portanto, que os indivíduos são diferentes entre si, entre suas relações, sejam de afetos e desafetos, ou interesses e desgostos, e para esse caminho com objetivo de construir relações respeitosas, a escuta sensível entre as crianças é inegociável. Os estudos da autora bell hooks nos afirmam que:

Ao tornar público o que é pessoal, muitos indivíduos experimentaram transformações de pensamento significativas que levaram a grandes mudanças de vida [...]. Para honrar e valorizar esses momentos da maneira correta, precisamos identificá-los, mesmo continuando rigorosamente críticos. Ambos os exercícios que fazem parte do reconhecimento – identificar o problema, mas também verbalizar completa e profundamente aquilo que fazemos e que funciona para abordar e resolver questões – são necessários para renovar e inspirar um espírito de constante resistência (op.cit., p.25).

Essa luta de resistências às diferentes formas de dominação também tem sido travada nas diversas instâncias que a compõem a nossa sociedade no novo governo, o qual nos trouxe esperança de dias melhores e menos opressivos. Citamos a seguir a reparação da Comissão de Anistia realizada neste ano pelo novo governo aos povos originários[[1]](#footnote-1), em contradição a condição desumana a eles imputada durante o período de ditadura militar:

“Queria me ajoelhar perante o senhor. Estou muito emocionada, mas, em nome do Brasil, do Estado brasileiro, quero pedir desculpas. E que o senhor leve esse pedido de desculpas a todo seu povo, em nome da Comissão de Anistia e do Estado brasileiro”, disse, de joelhos, a presidenta da comissão, a advogada Enéa de Stutz e Almeida, ao representante da comunidade guarani-kaiowá, cujo pedido de reparação foi o segundo a ser julgado e aprovado nesta terça-feira (dois de fevereiro de 2024). Enéa de Stutz e Almeida repetiu o gesto diante da representante da comunidade krenak (grifo nosso).

Se uma autoridade governamental pode se ajoelhar em pedido de perdão como ato reivindicatório de reparação realizados por povos originários, como não trazer o diálogo franco nas práticas educativas com crianças da mais tenra idade? Apresentamos experiências na Educação Infantil Coluni/UFF como formas de resistência às práticas de preconceito, violência e ódio ideologicamente estruturadas na sociedade brasileira, como possibilidades de se pensar a educação no sentido de coletividade e criação de relações mais afetuosas com ações reparadoras ao vivido pelas crianças. Defendemos a necessidade de discutir sobre o educar e cuidar de crianças pequenas em momentos de tensão nas relações cotidianas no espaço educativo, reconhecendo a legitimidade dos sentimentos e afeições das crianças na constituição do eu e do outro.

Referências

BERGER, Peter L. *A construção social da realidade:* tratado de sociologia do conhecimento por Peter L. Berger e Thomas Luckmann; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /* Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança:* Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido / Paulo Freire. – Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

hooks, bell. *Ensinando a comunidade*: uma pedagogia da esperança/bell hooks; tradução Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021. 296p.

1. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/comissao-aprova-pedido-de-perdao-inedito-por-violacoes-na-ditadura>

   Acesso em: 07, abril 2024. [↑](#footnote-ref-1)